







de R\$ 10,00 (dez reais) até R\$ 1.000,00 (mil reais) por usuário cadastrado do provedor sancionado, limitada, no total, a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por infração; e

IV- suspensão temporária das atividades.

**Art. 8º.** As plataformas terão 180 (cento e oitenta) dias para se adequarem às exigências desta Lei.

**Art. 9º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificativa

A proposta deste projeto de lei busca estabelecer a responsabilidade dos provedores de serviços online na moderação de conteúdos potencialmente ilegais em suas plataformas. Com o crescente papel das redes sociais e outros serviços online como intermediários na disseminação de informações, é necessário estabelecer diretrizes claras para que esses provedores assumam um papel ativo na coibição de conteúdos ilícitos, tais como incitação ao ódio, violência, pornografia infantil e outros crimes virtuais.

A atuação diligente dos provedores na moderação de conteúdo é essencial para garantir a segurança dos usuários e combater a propagação de informações prejudiciais à sociedade. Através de mecanismos que facilitem a notificação, espera-se que os provedores sejam alertados sobre conteúdos potencialmente ilegais, e assim, sejam incentivados a agir prontamente para remover ou restringir o acesso a tais conteúdos, evitando danos maiores. Ao tornar a moderação de conteúdo uma responsabilidade dos provedores, busca-se criar um ambiente online mais seguro, livre de conteúdos que violem a legislação vigente. Visamos proteger os direitos fundamentais dos usuários, como a dignidade, a privacidade e a segurança, sem ferir a liberdade de expressão. É importante ressaltar que a moderação de conteúdo deve ser realizada de forma transparente, com diretrizes claras e sujeita a mecanismos de revisão e apelação para evitar abusos ou censura injustificada.

A implementação da responsabilidade dos provedores na moderação de conteúdo já tem sido adotada em diversos países ao redor do mundo, reconhecendo a



necessidade de estabelecer regras claras para a proteção dos usuários e o combate à disseminação de conteúdos ilegais. Ao seguir essa tendência internacional, o Brasil poderá fortalecer sua posição no enfrentamento aos desafios trazidos pelo ambiente digital, promovendo um ambiente mais seguro para todos os cidadãos.

Por fim, o presente projeto de lei visa estabelecer uma legislação clara e eficaz que responsabilize os provedores de serviços online na moderação de conteúdo, contribuindo para a proteção dos direitos dos usuários, a promoção de uma sociedade mais segura e o fortalecimento do ambiente digital. Contamos com o apoio dos nobres colegas parlamentares para aprovar essa medida importante e garantir um ambiente online mais responsável e livre de conteúdos ilegais.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2023.

Deputado Júnior Ferrari

